

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 2021/2022 – 07/07/2022 – ORDINÁRIA – 15H15MIN – PRESENCIAL – SME

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e quinze minutos, reuniram-se os membros do CACS/FUNDEB de forma presencial, em reunião ordinária no gabinete da Secretária, na Secretaria de Educação. Estavam presentes na reunião o Presidente Irineu Zimmermann, Elza Aniceto da Silva (suplente), Julia Bittencourt (titular), Carollyne Nizer Cunha (titular), Juliano Antônio de Souza (titular), Ana Lúcia dos Santos Coelho (titular), Rita de Cassia da Silva (suplente), Norai Zenaide da Conceição (titular) e a secretária executiva Viviane Berkenbroch Ramos. Os conselheiros Eleine Lea Baader e Sérgio Soares, justificaram ausência na reunião. A pauta da reunião: Aprovação e assinatura da ata. Apresentação da Relação de Empenhos do FUNDEB 70% e 30% de janeiro a maio de 2022 – apresentação sr. Fernando Sedrez – Secretário de Gestão e Controle do Município. O presidente iniciou a reunião dando as boas vindas a todos, agradecendo a presença e solicitando aprovação e assinatura da ata previamente disponibilizada no drive do conselho para leitura. Em seguida passou a palavra ao convidado fazer sua apresentação. O sr. Fernando Sedrez apresentou o Portal da Transparência, disponível no site da prefeitura, através do link https://transparencia.betha.cloud/#/EV8C2_LJNhrL5RUcKi3DQA== explicando como acessar e utilizar as ferramentas para busca das informações necessárias aos conselheiros do CACS/FUNDEB, para análise das receitas e despesas. Mostrou os tutoriais que tem no Portal para orientar o usuário. Explicou que o Portal foi inspirado no site de busca Google para facilitar a busca das informações. Apresentou as ferramentas do Portal, através do menu: Receitas e Despesas, Licitações e Contratos, Pessoal, Obra e Patrimônio Público, Educação Mais Transparente e COVID-19. Iniciou explorando o menu Receitas e Despesas explicando como fazer uma busca e usar os filtros. Informou que digitando na busca FUNDEB aparece Recitas Correntes, dentro tem duas classificações que são as transferências correntes e receita patrimonial. O principal para o FUNDEB é a classificação transferências correntes, pois é um fundo constituído por diversas receitas, onde o bolo é formado pela União e distribuído aos municípios por transferência. Ao clicar em transferências correntes aparece os recursos do FUNDEB já arrecadado em 2022, R\$61 milhões de janeiro até a presente data. O presidente destacou que os recursos do FUNDEB entram diariamente. O secretário mostrou como pode ver a informação diária. Destacou que o Portal da Transparência é um espelhamento de informações, que ninguém cadastra uma informação no Portal, tem espelhamento com o sistema contábil e folha de pagamento, o que é lançado nos sistemas aparece no Portal. As informações são atualizadas constantemente. Se uma informação no sistema contábil ou RH é lançada errada o Portal irá apresentar a informação errada, como foi lançada. Explicou que o Portal reflete a realidade dos lançamentos nos demais sistemas, que o Portal não erra. A conselheira Elza falou que já havia ocorrido que o Portal apresentava recebimentos altos de funcionários que nunca receberam. A conselheira Julia também informou que já apareceu pessoas com receita zerada no Portal mas estavam recebendo. O secretário explicou que informações privadas como empréstimo e desconto de associação, são informações privadas e não aparecem no Portal. A conselheira Elza questionou se teriam acesso às folhas de pagamento e o convidado informou que sim, que já mostraria como acessar, através das despesas. Que aparece o bruto da remuneração e as retenções legais. Mostrou que há a previsão de receita de R\$113milhões e já foi arrecadado R\$61milhões de transferências correntes, mas que também tem na receita patrimonial recursos do FUNDEB. Mostrou as remunerações com aplicações do FUNDEB de R\$28milhões. Mostrou como filtrar as receitas por data, períodos e palavras chave. Mostrou

também a utilização dos filtros nas despesas. Explicou que o primeiro relatório apresentado pelo menu despesas, Execução de despesas (Completo e Detalhado) é o melhor porque envolve os demais relatórios. Que eles conseguem montar os relatórios conforme necessidade. Explicou que os gráficos que aparecem são dinâmicos e vão mudando conforme a informação solicitada pelos filtros. Explicou sobre os empenhos, exemplificando que se vai construir uma escola ela é toda empenhada, ou seja, o recurso reservado, o que tem nota fiscal é valor liquidado e o que saiu do banco é valor pago. O presidente explicou que para a prefeitura licitar algo ela tem que já ter o recurso, por isso ele precisa ficar empenhado. Mostrou o que foi empenhado, com recursos do FUNDEB, no período de 01/01/2022 a 30/06/2022, empenhado R\$61.204.000,00 e liquidado R\$48.735.405,00. Explicou que empenho pode ser despesa com contrato de empresa, prestação de serviço, obra... que tem que ter um credor. No caso de folha de pagamento a contabilidade empenha um setor conforme organograma do RH, que não é individualizado. Para se ter acesso ao valor individualizado está no menu pessoal. Explicou que quando se fala em despesa pessoal empenhada refere-se a folha de pagamento. Explicou que a descrição do empenho já indica do que se trata. Quando é uma rescisão vai aparecer o nome do credor que foi empenhado. O conselheiro Juliano questionou se consegue ter acesso ao que foi pra empresa ou para remuneração. O secretário perguntou sobre alguma empresa que presta serviços à educação e a secretária explicou que a contabilidade informou que todo o recurso do FUNDEB é destinado à folha de pagamento. O secretário explicou que o FUNDEB não dá conta da folha. A conselheira Elza questionou que em 2021 houve sobra de recursos do FUNDEB. O presidente explicou que o 13º absorve. O secretário explicou que o município precisa colocar recurso próprio para fechar a folha, quando sobra é pouco, mas não é sobra de fato porque é recurso vinculado aí precisa ser aplicado. Pela lei pode deixar no máximo 10% do arrecadado de um ano para o outro. O presidente explicou que como entra recurso até o último dia do ano e o 13º precisa ser pago até dia 20/12, a prefeitura paga com recurso próprio aí sobra um valor para o outro ano. A secretária lembrou uma apresentação anterior do conselheiro Sérgio que explicou a necessidade de deixar um recurso para o início do ano seguinte. O secretário validou a informação do presidente que realmente não pode sobrar muito do FUNDEB para o ano seguinte, que a contabilidade controla os gastos com a folha de pagamento, que é fechada antes do final do calendário anual. O conselheiro Juliano questionou sobre os 70% e os 30% do FUNDEB com a folha de pagamento. O secretário explicou que o recurso é para a valorização do profissional do magistério, que antigamente poderia ser utilizado 60% para os professores e 40% para outros investimentos. Com a mudança da lei se alterou para 70% e 30% podendo ser pago além dos professores, outros profissionais da educação. Ressaltou que Navegantes tem muitos alunos pela quantidade populacional em comparação com outros municípios e o FUNDEB não consegue custear todos os profissionais da educação. Explicou que antigamente até havia sobra do FUNDEB porque só poderia pagar o professor, mas isso mudou. Explicou também que o FUNDEB é calculado com base no censo do ano anterior. A secretária explicou que com a mudança da lei 70%, no mínimo, deve ser gasto com a valorização do professor, no mínimo, porque pode-se gastar os 100% todo com a remuneração dos profissionais da educação, pois a lei estabelece que 70% deve ser destinado aos profissionais da educação e 30% pode ser gasto com outros profissionais de apoio à educação. O secretário complementou indicando que o 30% se aplica da mesma forma que os 25% dos impostos, artigo 70 da LDB a qual explica quais são as despesas consideradas manutenção e desenvolvimento do ensino. O conselheiro Juliano questionou se não há nada de investimento do FUNDEB a não ser folha de pagamento. A secretária confirmou que a contabilidade indicou que não. O secretário informou que a gestão pode usar esse recurso mas acredita que vai tudo para a folha de pagamento. O conselheiro perguntou qual é o outro investimento. O secretário explicou que tem salário educação, os 25% dos impostos, recurso para o transporte escolar, recurso para merenda, etc. Voltando ao sistema o secretário continuou explicando que aparece

Navegantes Prev quando é servidor efetivo e quando é contrato é INSS, pagos também pelo FUNDEB. Explicou que recursos empenhados com o FUNDEB vai aparecer qual foi a empresa, o que forneceu e o que foi pago. Explicou para se basear pelo histórico e o detalhamento vai dar mais informações sobre o empenho. Destacou que todos os relatórios estão disponíveis e conseguem achar tudo pelo Portal. Que a auditoria utiliza constantemente o Portal. Em seguida explicou o menu pessoal, que contém as informações de todos os servidores que já passaram pelo município de Navegantes. Outro relatório trata dos funcionários ativos. Apresentou outro relatório único, de cargos e remuneração. Apresentou as classificações, os níveis, exemplificando na prática cargos aleatórios e quem está ocupando o cargo. Indicou que o relatório de servidores e remunerações vai apresentar quem recebe pelos 70% e quem recebe pelos 30% do FUNDEB. São informações que vem da folha de pagamento onde cada pessoa está vinculada a um organograma. Explicou que a auditoria já constatou erros de informações e que o conselho deve fiscalizar isso. Explicou que após a auditoria na educação houve muitas mudanças em relação aos profissionais pagos com recursos do FUNDEB. Mostrou como ver a folha de pagamento individualizada e como visualizar quem recebe pelos 70% e pelos 30% do FUNDEB. Mostrou que o gasto geral com folha pela prefeitura fica em 16 milhões e desses, 9 milhões, são para a educação. Mostrou a folha individualizada e explicou que os dados ali são informações públicas pois quem se propõe ao trabalho público já sabe que seus dados são público. No qual aparece o nome, o cargo, quanto recebe, se recebe pelos 70% ou pelos 30% e outras informações sobre a folha de pagamento. Se quiser saber só os 70% dá de filtrar e listar todos que recebem pelos 70% do FUNDEB e etc. O conselheiro Juliano questionou se todos os proventos na folha são pagos pelo FUNDEB. O secretário percebeu que aparece na folha o pagamento com vale alimentação, mas que não deveria aparecer pois é pago por outra fonte de recurso, vai verificar essa inconsistência. Explicou que dá de ver por escola também. O conselheiro Juliano questionou se as agentes de educação podem receber pelo FUNDEB, o secretário fez o filtro e confirmou que agente de educação recebe pelo 70%. A conselheira Elza questionou se as agentes de educação são vinculadas à administração da prefeitura como podem receber pelo FUNDEB, ressaltou que deveriam ser da educação. A conselheira Julia explicou que elas são da educação mas são lotadas na administração. O conselheiro Juliano questionou se ainda há funcionários de outras secretarias sendo remunerados pelo FUNDEB. O secretário explicou que após a auditoria isso não ocorre mais. A secretária explicou que a lei do FUNDEB não especifica lotação na educação, cita que se presta serviço à educação, se está atuando na educação, pode ser pago com o recurso do FUNDEB, a lei cita até psicólogo, assistente social, dentre outros profissionais. A conselheira Rita explicou que fariam parte do grupo de apoio à educação. O presidente explicou que antigamente a prefeitura precisava de um profissional com maior conhecimento ia buscar na educação, mas hoje isso não acontece mais. A conselheira Elza explicou que antigamente acontecia alguma situação na escola o profissional era ameaçado de ser enviado para outro setor porque não era vinculado à Secretaria de Educação e sim a administração e que hoje isso não ocorre e não pode mais ocorrer. O secretário explicou que havia preconceito com profissionais que não são do magistério na legislação do FUNDEB, não é professor, mas é profissional da educação. O conselheiro Juliano destacou que é importante levantar essa situação porque se 100% do FUNDEB está sendo gasto com folha não deve pagar pessoas que não estão atuando na educação. O secretário explicou que se houver remanejamento de um profissional da educação para outra secretaria deve se mudar a fonte de pagamento. O presidente levantou o questionamento de que as nutricionistas não estariam lotadas na educação. O secretário consultou no Portal e verificou que são lotadas na educação e recebem pelos 30% do FUNDEB. Os conselheiros ficaram bem satisfeitos em conhecer a ferramenta. A secretária explicou que a comissão especial do FUNDEB solicitou os gastos do FUNDEB para montarem um check list de visita às escolas e comprovar os investimentos, contudo, a

contabilidade explicou que o FUNDEB é somente investido em folha de pagamento e encaminhou demonstrativos à comissão. Explicou que os demonstrativos estão no drive do conselho e que recebeu a informação que há algum tempo atrás o município recebeu recursos para construção de escolas, compra de material e mobiliário, onde o conselho foi nas escolas fiscalizar, mas que não tem mais esses recursos. Também lembrou a aprovação da prestação de contas do 2º bimestre que apresentava que já havia sido gasto 47% do FUNDEB com a folha de pagamento. O secretário explicou que sua secretaria acompanha e monitora esses limites fiscais a cumprir, que no ano passado foi na “tampa” e muitos municípios não conseguiram cumprir, pelo monitoramento, conseguem verificar as ações necessárias para cumprir os limites fiscais estabelecidos na legislação. O conselheiro Juliano solicitou informações sobre o recurso do VAT, que é um recurso extra que virá para o município no ano que vem e que Navegantes estava devendo informações contábeis e que precisa regularizar até agosto. A secretária informou que a Secretária da educação explicou que a AMFRI já acionou as contabilidades dos municípios para regularizarem as situações. O secretário disse que desconhece esse recurso mas vai verificar e que isso se regulariza facilmente, que o município não perderá recurso. Finalizada a explanação, não havendo mais questionamentos, o Presidente agradeceu a participação do Secretário no esclarecimento das dúvidas e não havendo mais nada a tratar lembrou da presença e participação dos conselheiros nas reuniões, avisou que a próxima reunião dia 04/08/2022, às 15h15min, será na Casa dos Conselhos e que a ata estará disponível no drive para leitura prévia. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Irineu Zimmermann
Presidente

Ana Lúcia dos Santos Coelho

Carollyne Nizer Cunha

Elza Aniceto da Silva

Julia Bittencourt

Juliano Antônio de Souza

Norai Zenaide da Conceição

Rita de Cassia da Silva

Viviane Berkenbroch Ramos
Secretária executiva